

Mais denúncias chegam à CPI da Pedofilia em Catanduva

A reunião da CPI da Pedofilia em Catanduva, interior de São Paulo, provocou a apresentação de novas denúncias de abuso sexual de crianças. Familiares que ainda não tinham se apresentado às autoridades policiais procuraram os senadores e agora deverão depor. A CPI também ouviu duas delegadas que investigam as denúncias. Segundo José Nery, em um dos inquiridos houve "condescendência com o crime". **2**

Regulação do spread é sugestão contra a crise

Na audiência pública que discutiu ontem no Senado os efeitos da crise financeira mundial na construção civil e na indústria, convidados defenderam a regulação do *spread* bancário. Senadores, por sua vez, propuseram que instituições financeiras oficiais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, reduzam o *spread*, obrigando o sistema bancário privado a fazer o mesmo. O presidente da Comissão da Crise, Francisco Dornelles, informou que Tasso Jereissati apresentará em abril relatório sobre o *spread* bancário. **4 e 5**

Senado corta 50 diretorias e reduz gastos

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, anunciou ontem diversas medidas para reduzir os gastos da instituição. Dentre elas, a extinção de 50 diretorias e a criação de uma comissão técnica para propor alterações nos contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra. **3**



Heráclito discursa em Plenário: medidas visam dar transparência às atividades e retomar o comando da instituição

Comissões aprovam indicações de autoridades

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem parecer favorável às mensagens presidenciais que indicam novos embaixadores no Azerbaijão, na Nova Zelândia e na Armênia. Durante a reunião, o senador Geraldo Mesquita Júnior foi eleito vice-presidente do colegiado. Já a Comissão de Infraestrutura acolheu a indicação de Tiago Lima para a Agência Nacional de Transporte Aquaviário. **6 e 7**

Projeto sobre concorrência pode ser alterado

Para o presidente da Comissão de Justiça, Demostenes Torres, o projeto que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência contém avanços, mas precisa de correções para eliminar inconstitucionalidades e a excessiva concentração de poderes no superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O senador participou de seminário organizado pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado em parceria com a Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Programa Interlegis), com a presença de especialistas. **5**



Dornelles (3º à dir.) preside audiência na Comissão da Crise



Demostenes (2º à dir.) ouve participantes de seminário

Denúncias foram feitas quarta-feira por familiares de vítimas que não tinham sido ouvidas por autoridades

CPI investiga novos casos de pedofilia em Catanduva

A REUNIÃO, NA quarta-feira, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia em Catanduva (SP) resultou no surgimento de novas denúncias de abuso sexual de crianças da cidade. A CPI, que investiga a existência de uma rede de pedofilia em Catanduva, foi procurada por familiares de vítimas que ainda não haviam se pronunciado às autoridades locais e que agora deverão ser ouvidas.

– A presença [da CPI] fortalece a convicção de que os fatos serão investigados e haverá perspectiva de punições para os envolvidos, o que dá confiança às pessoas para denunciarem novos casos – afirmou José Nery (PSOL-PA).

O senador integra grupo que toma depoimentos em Catanduva, juntamente com o presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), e o vice-presidente, Romeu Tuma (PTB-SP). Os trabalhos de ontem na cidade do interior paulista começaram com o depoimento de duas mães que tiveram filhos abusados sexualmente e que afirmam não terem sido ouvidas

nos inquéritos instaurados para apurar o caso.

Falhas

Na quarta-feira, após o depoimento das delegadas Rosana da Silva Vanni e de Maria Cecília Castro Sanches, os senadores consideraram “problemáticos” os procedimentos adotados por elas durante as investigações. Conforme José Nery, o primeiro inquérito teria sido “muito superficial”, levando apenas à prisão de José Barra Nova de Melo e Willian Mello de Souza, sem que se tenha buscado “os verdadeiros criminosos, que têm poder de mando na cidade”.

Sobre o segundo inquérito, ficou constatado que a delegada avisou ao advogado do médico Wagner Gonçalves que seria feita operação de busca e apreensão na casa de seu cliente. Com isso, o acusado teria tido tempo de retirar todas as provas existentes na casa.

– Mais do que um erro, foi uma condescendência com o crime, favorecendo o poder representado pelo investigado – afirmou José Nery.

Rede de informação legislativa deve ser inaugurada em maio

O diretor-adjunto da Secretaria Especial de Informática, (Prodasen), Deomar Rosado, anunciou ontem, em reunião da Comunidade TIControl, que o Portal LexML – Rede de Informação Legislativa e Jurídica na Internet – será lançado em 19 de maio com 1 milhão de documentos disponíveis.

– Será o Google da legislação brasileira, com a diferença de que será mais rápido porque é mais específico. Com três cliques, o usuário terá o texto que procura – explicou Rosado.

O LexML Brasil é um portal (www.lexml.gov.br) inspirado em experiência italiana. O objetivo é facilitar o acesso do público, pela internet, a leis, decretos, acórdãos e súmulas.

A legislação produzida nas

esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil será incluída na rede. O trabalho do grupo de TI e Controle é organizar e integrar as informações – além de dar acesso a elas –, disponibilizadas nos diversos portais de órgãos do governo na internet.

O grupo é formado por diretores e secretários de Tecnologia da Informação, além de diretores e secretários de Documentação e Informação, de 18 órgãos federais.

O portal está hospedado em servidores do Prodasen. Diversos recursos de pesquisa facilitam a busca. As formas de busca foram elaboradas de modo a facilitar ao máximo o acesso às informações.

Mesquita Júnior considera que o Brasil já tem leis em excesso

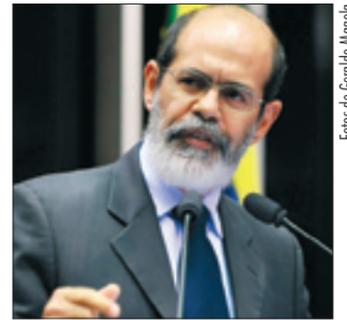
“O Congresso tem sido cobrado a produzir leis que o país e a sociedade reclamam como se fosse importante apenas a quantidade votada, e não a qualidade do que é votado”, afirmou Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Para o senador, o Brasil já tem leis em excesso e os parlamentares deveriam se dedicar a aperfeiçoar e a simplificar as milhares de leis existentes.

– O que deve nos consternar é o excesso de leis que entulham o ordenamento jurídico do país, cada vez mais difícil de ser dominado por qualquer mortal. Da forma como está, a sensação que passa é que

toda essa produção legislativa é contra o cidadão, e não a seu favor – disse.

Mesquita Júnior opinou que os deputados e senadores acabam não se dedicando à simplificação, consolidação e codificação da atual legislação “porque cedem à tentação de dar resposta imediatista às cobranças para votar, votar e votar, como se votar qualquer coisa em quantidade significasse avanço no aperfeiçoamento do nosso ordenamento jurídico”.

O senador informou que o Congresso produziu, nos dez primeiros anos após a Constituição de 1946, uma média de 41,7 leis



Fotos de Geraldo Mesquita

Para Mesquita Júnior, parlamentares deviam aperfeiçoar a legislação

por mês. De 1958 a março deste ano, a média fica em 27,3 leis mensais. Entretanto, alertou, a comparação é apenas numérica, sem levar em consideração que os anos seguintes à Constituinte de 1946 foram de reconstrução do modelo político sobre “os escombros do Estado Novo”, ou seja, um período atípico.

Jayme Campos defende fim da verba indenizatória

Acabar com a verba indenizatória e equiparar os salários dos senadores aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Para Jayme Campos (DEM-MT), com tal medida os parlamentares deixariam de ficar expostos diante da opinião pública e o Senado poderia voltar a aprovar matérias que interessam ao país. Ele também disse que concorda com a redução da cota de passagens, ou até com sua extinção.

– Aceito um corte pela metade no valor e que ele seja transformado em dinheiro. Aí o senador que quiser pode vir para Brasília de avião, de ônibus, de motocicleta, de jipe, de charrete ou de

carroça – afirmou.

Jayme Campos confessou estar se sentindo constrangido ao constatar que a opinião pública vem tratando todos os parlamentares de uma mesma maneira. Ele garantiu que nunca indicou secretário ou diretor para o Senado, nunca pagou despesa médica sua ou de familiar com o dinheiro da instituição e que, em 80% dos casos, utiliza o seu telefone particular, em vez do corporativo.

O parlamentar também informou que os funcionários que trabalham no seu gabinete tomaram a iniciativa de solicitar ao setor de pessoal do Senado



Jayme Campos: “Nunca indiquei diretor ou secretário do Senado”

que o valor referente às horas extras pagas em janeiro seja descontado, de uma única vez, no próximo pagamento ao qual eles têm direito.

Liderança do PSDB contesta decisão do presidente da Câmara

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), divulgou nota ontem na qual declara discordar totalmente da decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, de votar matérias não caracterizadas como projetos de lei ordinária, mesmo com a pauta sobrestada por medidas provisórias.

Virgílio afirma que a decisão “diminui o papel das oposições, causando danos, portanto, à democracia”. Acrescenta que, além disso, a medida pode ser considerada casuística, por colocar nas mãos de poucos a prerrogativa de decidir quais matérias serão deliberadas.

Com a decisão, sustenta o líder tucano, “o direito das minorias de, em defesa de suas ideias, obstruírem certas votações, cairia por terra”. Para ele, seria imposta a ditadura das maiorias, “ferindo a boa tradição que equilibra a relação entre as forças políticas no Parlamento”. A medida, diz, acirrará a disputa entre partidos e já prejudicaria a pauta de votações da próxima semana no Senado.

Virgílio promete levar a posição do partido à reunião do presidente José Sarney com os líderes partidários, na próxima terça-feira.

O senador sustenta que o atual rito de tramitação de MPs não é bom para o país e que contra ele vem se insurgindo desde que era deputado e líder do governo Fernando Henrique Cardoso. Ressalta que o PSDB é favorável a urgentes alterações do rito que provenham, no entanto, do debate democrático. Declarou repudiar “o ‘jeitinho’, que não é caminho, nem de longe razoável, para a solução do impasse que interdita um mais eficaz funcionamento” do Congresso Nacional.

Virgílio enfatiza a necessidade de o Brasil ter regras claras, “sem certos artifícios que são incompatíveis com a postura do PSDB”. E anunciou a intenção do partido de ir ao Supremo Tribunal Federal defender a democracia, caso o bom senso não prevaleça.

Juristas querem número par de jurados para evitar distorção nas decisões

O grupo de juristas encarregado de elaborar um anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal deve propor a fixação de um número par de jurados na composição dos tribunais. Atualmente, os júris estão compostos por sete integrantes, e as decisões são adotadas por maioria simples. Quatro votos a três são suficientes para definir a condenação ou a absolvição de um acusado.

Caso seja acatada a proposta da Comissão de Juristas, o número de jurados seria fixado em oito, e, nas situações possíveis de empate, prevaleceria a tese da defesa, em favor do réu, pois denotaria a existência de uma dúvida relevante em relação à culpabilidade.

Os juristas do colegiado argumentam que uma maioria apertada entre os jurados em um julgamento pode gerar decisões injustas. Segundo a opinião que prevalece no colegiado, o mais adequado é que as decisões sejam adotadas por maioria qualificada. Isso porque ficaria demonstrada a convicção dos jurados. Por essa razão, prevaleceu a tese de que, havendo um número par de integrantes em um júri, os casos de empate evidenciariam a falta de convicção, e evitariam condenações injustas.

Outra medida importante que poderá constar do relatório final da comissão, que se reuniu segunda e terça-feira desta semana, diz respeito à possibilidade de aplicação de pena mediante requerimento das partes. O texto deverá prever que, nos casos de crimes cometidos sem violência, sem uso de força, nem grave ameaça, poderá ser feito um acordo entre a acusação e a defesa solicitando a aplicação de uma pena acertada entre as partes.

A comissão entende que tal procedimento permitirá que um processo sobre esse tipo de crime possa ser concluído com maior celeridade. No próximo encontro, dias 30 e 31 de março, a Comissão de Juristas deverá discutir direito da vítima, interrogatório e recursos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão do Senado às 9h é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares. Entre os inscritos, estão os senadores Jefferson Praia (PDT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Diretor-geral do Senado deve exonerar de imediato 50 ocupantes de cargos de direção ou função equivalente; número de terceirizados será reduzido

Viana apresenta extrato de dez anos de suas despesas médicas

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou ontem em Plenário o extrato de suas despesas médicas e odontológicas nos últimos dez anos. De acordo com os dados informados, a conta soma R\$ 56.119,73. Nos anos de 1999 e 2004, de acordo com o parlamentar, não há registro de despesa alguma. As maiores despesas se concentram em 2005, 2006 e 2007, quando ele realizou operações odontológicas e outros procedimentos cirúrgicos. No ano de 2007, as despesas totalizaram R\$ 40.980.

A atitude do senador foi motivada por denúncias envolvendo seu nome que vieram à tona nos últimos dias. Conforme informações da imprensa, Tião Viana teria emprestado um telefone celular do Senado para que sua filha utilizasse numa viagem ao México. Ontem, suas despesas médicas foram postas em xeque, o que o senador classificou de "intimidação" e "ataque anônimo" à sua pessoa.

– Não vou me reportar àqui-lo que já tratei e não vou cair na provocação das acusações



Viana classifica denúncias como "intimidação" e "ataque anônimo"

anônimas, dos denunciantes anônimos, para fazer disso, pelo menos neste momento, uma guerra fratricida, política, dentro da Casa. Não me interessa esse caminho – assinalou Viana.

O documento também traz o extrato dos gastos médicos dos filhos e da esposa do senador. Esses dados, porém, não foram anunciados em Plenário. Tião Viana informou que entregaria o extrato completo à Mesa, para que essa decidisse o que fazer a respeito e sugeriu que os colegas adotassem o mesmo procedimento.

Virgílio: democracia não combina com parlamento desmoralizado

Ao parabenizar o senador Tião Viana pela apresentação do extrato de suas despesas médicas e odontológicas, Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitou à Mesa que providencie junto aos setores competentes da Casa o extrato de suas próprias despesas. Na opinião de Virgílio, todos os parlamentares deveriam fazer o mesmo.

– Precisamos acabar com o clima ruim na Casa. Não podemos continuar assim. Democracia e parlamento desmoralizado não se casam. Ou um se moraliza ou a outra fenece – disse.

Virgílio lamentou que "o Senado tenha se deixado paralisar mais uma vez por uma agenda negativa", e citou como exemplo das denúncias que atingem a Casa diretamente a informação de que existem em sua estrutura administrativa 181 servidores com status de diretor.

O senador comparou o número de ministros do país com o número de diretores do Senado.



Virgílio: o Brasil poderia ter menos ministros, e o Senado menos diretores

– Se vierem todos [os 181 diretores do Senado] aqui, haverá um tremor de terra. Como é que se governa o país com deficiência, com 37 ministérios – e reclamo disso todo dia – ou com 28 ministérios e alguém imagina que seja crível que se tenha que governar o Senado com mais de 180 diretorias! Com 30 ou 20 se resolve isso. A Casa tem o dever não é só de se proteger, nem de um ficar protegendo o outro. A Casa precisa é dar uma resposta à opinião pública – disse.

Heráclito anuncia medidas para reduzir gasto no Senado

EM PRONUNCIAMENTO NO Plenário, o 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes, anunciou dois atos administrativos com a finalidade de reduzir os gastos da instituição. Entre as medidas, está a que determina ao diretor-geral da Casa, José Alexandre Gazineo, a exoneração imediata de 50 ocupantes de cargos de direção ou função equivalente na estrutura administrativa, com a posterior extinção desses postos. Após esse procedimento, a direção-geral deverá apresentar plano de redução adicional de cargos de direção ou função.

O Ato 7/09 determina ainda a nomeação imediata dos candidatos aprovados no concurso público promovido pelo Senado na área de Comunicação Social, que deverá ser acompanhada de providências necessárias para a redução do quadro de terceirizados da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs). Após essas nomeações, deverão ser convocados os candidatos classificados nas demais áreas do concurso.

Veículos

Também foi anunciado por Heráclito Fortes o recolhimento imediato dos veículos de representação que estejam à disposição de diretores do Senado, exceto da Diretoria Geral e da Secretaria Geral da Mesa.

Já o Ato 8/09 determina a criação de uma comissão técnica



Heráclito: veículos à disposição de diretores serão imediatamente recolhidos

especial para analisar e propor as alterações necessárias aos contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão-de-obra em vigor no Senado.

A comissão será composta pelos servidores Florian Augusto Coutinho Madruga, Antônio Carlos de Nogueira Filho, Marcos José de Campos Lima, Carlos Eduardo Lopes Neves, Cláudio Alves Cavalcanti, Afrânio Erasmo Fernandes Moreira e José Olivar Campos da Silva. A presidência do colegiado será exercida por Florian Madruga, que será substituído em seus impedimentos e ausências por Antônio Carlos de Nogueira Filho.

– Esse é o primeiro elenco de

medidas que serão adotadas, procurando não cometer injustiça com os servidores da Casa, mas cumprindo o papel que sempre nos coube, que é dar transparência e retomar o comando dessa instituição – disse Heráclito Fortes, ao apresentar um balanço de sua atuação na Primeira Secretaria.

O senador frisou que muitos dos fatos que vieram à tona recentemente não foram promovidos pela atual administração da Mesa do Senado, eleita em 2 de fevereiro deste ano.

Em entrevista ao sair do Plenário, Heráclito explicou que a definição dos 50 diretores a serem exonerados será do diretor-geral do Senado.

Parlamentares manifestam apoio a medidas

As medidas para a redução de gastos no Senado, anunciadas ontem pelo 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes, foram saudadas por diversos parlamentares em apartes ao seu pronunciamento.

Para Renan Calheiros (PMDB-AL), as determinações colaboraram para dar racionalidade e transparência ao Senado.

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu o estabelecimento de critérios claros para a utilização dos benefícios inerentes ao cargo de senador.

Delcídio Amaral (PT-MS) disse que o Senado está vivendo "uma oportunidade ímpar de arejar a sua estrutura administrativa". Ele salientou que essa

missão tem que ser executada logo para que os parlamentares possam investir na discussão de propostas importantes para o país.

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou que as denúncias divulgadas pela imprensa ultimamente passem à sociedade a imagem de que os senadores agem na ilegalidade.

João Ribeiro (PR-TO) contestou informações divulgadas pela imprensa a seu respeito quanto à utilização da verba indenizatória.

Os senadores José Agripino (DEM-RN) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) questionaram a quantidade de diretores do Senado, que chegariam a 181.

Valter Pereira (PMDB-MS) queixou-se de que os comentaristas de rádio não se limitem a noticiar os fatos sobre o Senado, mas estejam detratando a Casa.

– Será que há alguém por trás de tudo isso com o interesse de fechar o Congresso?

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o Senado tinha seis comissões permanentes em 2003, número que hoje subiu para 11.

Já Pedro Simon (PMDB-RS), ao mencionar o trabalho de modernização administrativa encomendado pelo Senado à Fundação Getúlio Vargas, disse que a Casa não pode, depois, engavetar as recomendações.

Agripino propõe reunião de líderes para tratar da imagem da Casa

O líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), defendeu ontem a apuração de responsabilidades nas irregularidades que vêm sendo denunciadas no Senado e a "exposição e condenação" dos culpados. Ele salientou que as denúncias têm atingido tanto a instituição Senado Federal quanto os senadores e seus currículos. O parlamentar propôs que os

líderes partidários reúnam-se para tratar do assunto e levem sugestões ao presidente da Casa, José Sarney, sobre as formas de a instituição superar este momento difícil.

– Nós damos a colaboração para que esta Casa se preserve e seja vista pela opinião pública como ela sempre foi vista: a Casa Revisora, composta por homens com vergonha na cara

e que têm compromisso com o espírito público e com a sociedade. O resto é muita especulação e um momento muito ruim que estamos vivendo e que temos que superar juntos, somando ideias, assumindo compromissos – afirmou.

Agripino chamou a atenção para a importância de se definir a que os senadores têm direito e a que não têm. Ele citou

como exemplo a polêmica que sempre cerca o uso da verba indenizatória, de R\$ 15 mil, que os senadores podem usar para cobrir despesas decorrentes do exercício do mandato.

Perguntando se o parlamentar pode ou não usar essa verba, Agripino disse que, se ela é legal, então é preciso acabar "com a história sobre quem é o campeão de gastos".



Agripino: denúncias atingem a instituição e os parlamentares

Senador diz que produtores querem receber e critica retenção de créditos tributários pelo governo federal

Valter Pereira relata drama dos pecuaristas

O SENADOR VALTER Pereira (PMDB-MS) defendeu em Plenário a adoção, pelo governo, de medidas que garantam a liquidez do setor agropecuário brasileiro. Ele comentou a audiência pública realizada na última terça-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), da qual é presidente, em que foram ouvidos representantes dos frigoríficos. Segundo o senador, eles apontaram alguns gargalos que precisam ser removidos, como a questão dos créditos tributários, que têm sido retidos por até mais de seis meses, pela Receita Federal; os prazos das operações de crédito, que foram reduzidos de 180

para 30 dias; e os juros desses adiantamentos, majorados de 5% para 13%. Valter Pereira relatou que estiveram presentes à comissão os senhores Roberto Gianetti e Péricles Salazar, respectivamente presidentes da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafri); bem como o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Para o senador, o evento ganhou relevo por ter sido a primeira iniciativa de debater abertamente os prejuízos dos pecuaristas e as dificuldades dos frigoríficos. – Os produtores querem re-



Valter Pereira diz que dificuldades vêm gerando inquietação na pecuária

ceber aquilo que venderam – explicou Valter Pereira. O senador disse que essa situação vem gerando uma inquietação grande, porém justa. Ele ressaltou que o setor responde por 34% do produto interno bruto (PIB) nacional, e sua instabilidade representaria sério risco para a economia do país. Em seu discurso, Valter Pereira frisou que, quando o governo retém por tempo indefinido créditos obtidos com a exportação, contribui para o aprofundamento dos problemas.

Flexa Ribeiro critica novo leilão de energia eólica

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) questionou a realização de novo leilão para geração eólica de energia elétrica. O senador disse que os empreendedores não quiseram participar do último leilão desse tipo, realizado no ano passado. Ele citou artigo produzido pela Empresa de Pesquisas Energéticas, ligada ao governo federal, o qual alerta que a energia eólica deve ter um tratamento diferenciado, por seu custo ser elevado em comparação ao da energia elétrica.



Governo esqueceu fracasso do último leilão, diz Flexa Ribeiro

O Ministério de Minas e Energia iniciou consulta pública para o leilão de energia eólica, que deve ocorrer no segundo semestre e está sob a responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo Flexa Ribeiro, o leilão interessa apenas aos fabricantes estrangeiros de turbinas eólicas. O senador sugeriu que o governo repita a experiência obtida na primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), no qual o governo calculou o valor que deveria ser pago pela energia a ser produzida (1,1 mil Megawatts) pelos parques eólicos contratados. Ele sugeriu que a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debata o assunto mais profundamente.

Crivella homenageia o economista Celso Furtado

Marcelo Crivella (PRB-RJ) homenageou a memória do economista Celso Furtado, citando os 50 anos de publicação do livro *Formação econômica do Brasil* – uma de suas obras mais importantes. Segundo o senador, o livro expressa o grande mérito de Furtado, que, a seu ver, foi ter entendido a gênese da economia brasileira, firmando os pilares para o desenvolvimento do país, a partir de uma perspectiva nacional. Crivella ressaltou que a obra foi traduzida em nove línguas, entre elas o chinês e o japonês, e fez de Celso Furtado um dos



Para Crivella, homenagear Furtado é prestar tributo ao povo brasileiro

autores mais lidos e publicados no Brasil e no exterior, no campo das ciências sociais.

Comemorar o jubileu de ouro da publicação *Formação econômica do Brasil* é uma maneira não só de homenagear seu autor, figura preciosa no panteão dos grandes pensadores deste país; é, também, uma homenagem ao povo brasileiro – argumentou o senador. Crivella lembrou que Celso Furtado, paraibano, preparou o trabalho-base para o plano de metas do governo JK e foi o primeiro superintendente da Sudene e, depois, ministro do Planejamento. Cassado e exilado pela ditadura militar, foi anistiado em 1979.

Redução dos juros é defendida em audiência promovida pelas comissões de Acompanhamento da Crise e de Assuntos Econômicos

Debatedores pedem regulação do spread bancário contra crise

A NECESSIDADE DE regulação do spread bancário (diferença entre o que os bancos pagam pelo dinheiro captado e o que cobram para emprestá-lo) foi a tônica da audiência pública que discutiu ontem os reflexos da crise financeira global na construção civil e na indústria. Um dos defensores da regulação, o coordenador do Comitê de Monitoramento da Crise do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Antoninho Marmo Trevisan, atribuiu ao spread parte da responsabilidade pelas turbulências. Realizaram o debate as comissões de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade e de Assuntos Econômicos (CAE).

Como o peso do spread acaba recaindo sobre o setor produtivo, que tem lucro entre 7% e 12% ao ano e, no entanto, é obrigado a arcar com uma taxação de até 40% na contratação de empréstimos bancários, Trevisan aponta a tendência de quebra de muitas empresas se essa disparidade persistir. A preocupação foi compar-

tilhada pelos expositores José Lopez Feijó e Paulo Godoy, também integrantes do Comitê de Monitoramento da Crise do CDES. Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no conselho, Feijó atribuiu a alta taxação do spread ao fato de os bancos destinarem volume significativo de recursos para cobrir eventual inadimplência nos empréstimos. O conselheiro sugeriu ao Senado que proponha uma regulamentação para o sistema financeiro que o obrigue a dar suporte à produção.

Paulo Godoy defendeu também a redução da taxa de juros do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), que remunera operações de curto prazo, e a revisão da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), cobrada em financiamentos a grande parte da indústria. Ele reivindica a análise conjunta das taxas de juros por

acreditar que a redução da Selic pode aproximá-la da TJLP, o que poderia ser desfavorável a investimentos em infraestrutura.

Relatório

O presidente da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), informou que o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) deverá entregar relatório sobre o spread bancário em abril. Dornelles respaldou observações feitas por Paulo Godoy no sentido de ampliar tributos com fundamento no lucro presumido; revisar dispositivo da medida provisória (MP 449/08) sobre mudanças na legislação tributária federal que dificultaria a compensação de créditos vinculados ao Imposto de Renda das empresas; e atacar a

burocracia estatal que atrapalha investimentos produtivos.

Já o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e também conselheiro do CDES, Paulo Safady Simão, apontou quatro linhas de ação para minimizar os efeitos da crise financeira global sobre o setor: investimentos nos mercados imobiliário e de habitação de interesse social, além das obras da Copa do Mundo de 2014 e de infraestrutura.

Ao tocar nesses pontos, Paulo Simão criticou a liberação, nos últimos anos, de volume de recursos bem abaixo do previsto no Orçamento da União para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Apesar de considerar positiva a reativação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) pelo governo federal, afirmou existirem problemas na execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele adiantou que, por deficiências nos projetos, muitas obras estão paradas e sem receber recursos.



José Lopez Feijó (E), Antoninho Marmo Trevisan, Paulo Godoy e Paulo Safady Simão acompanham exposição do senador Francisco Dornelles (C) durante audiência sobre as turbulências

Para senadores, Banco do Brasil e Caixa podem dar o exemplo

A imediata redução do spread bancário pelas instituições oficiais, a exemplo do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, voltou a ser defendida por senadores, desta vez na reunião conjunta das comissões de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade e de Assuntos Econômicos.

Para os senadores, um movimento corretivo por parte dos bancos oficiais vai obrigar o sistema privado a também baixar seus spreads. Em levantamento recente, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostrou que a média do spread brasileiro foi de 34,88 pontos percentuais em 2008, ante

3,16 pontos nos bancos de países desenvolvidos, equivalendo a 11 vezes, portanto, à média das nações do Primeiro Mundo.

– Os bancos oficiais têm que dar o exemplo. Do contrário, os spreads bancários brasileiros continuarão a ser os mais altos do mundo, prejudicando toda a economia – resumiu Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu a criação de grupos de trabalho, na própria Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e de Empregabilidade, para discutir em maior profundidade as razões da cobrança das elevadas taxas no sistema bancário brasileiro.

Casas populares

Na mesma reunião, Tasso Jereissati lembrou que, em função das turbulências na economia, o crédito no mercado interno ainda não se normalizou. Por isso, ele disse não acreditar que o governo possa cumprir a promessa de construir 1 milhão de casas populares até o final de 2010, conforme anúncio feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Paulo Safady Simão, presidente da CBIC, fez coro com o senador. Ele chegou a “duvidar” de que o presidente Lula confirme, em solenidade marcada para a próxima quarta-feira, a meta de 1 milhão de casas populares. Mas deixou claro que, se as

regras forem favoráveis, a indústria da construção civil está preparada para tocar as obras.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou que a construção civil “é a grande esperança” para que a economia possa se estabilizar novamente.

Café

Gerson Camata (PMDB-ES) pediu ao governo mais recursos para o financiamento da produção de café, além da abertura de novos créditos para a exportação do produto. Do contrário, observou, o Brasil deixará de ser o maior produtor de café, gerando mais desemprego no mercado interno.

Estatísticas mostram que equipamento, obrigatório nos Estados Unidos desde 1998, reduz em torno de 30% o risco de morte em uma colisão frontal direta

Lula sanciona lei que torna obrigatório uso do airbag

O PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva sancionou a lei que torna obrigatória a instalação de airbag dianteiro em todos os veículos novos fabricados no Brasil ou importados. As unidades destinadas à exportação não precisarão obedecer à nova regra. A lei sancionada – originária de projeto do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) – foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.



Lei originária de projeto de Azeredo começa a valer em cinco anos

A obrigatoriedade da instalação foi aprovada pela Câmara dos Deputados em fevereiro. A nova lei será regulamentada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e começa a valer em cinco anos a partir da regulamentação.

Atualmente, o Código Brasileiro de Trânsito estabelece

como equipamentos obrigatórios para os veículos o encosto de cabeça, cinto de segurança e dispositivo destinado ao controle de emissão de gases poluentes e de ruídos. Os airbags – bolsas infláveis

macias que amortecem o impacto – são obrigatórios em todos os carros vendidos nos Estados Unidos desde o ano-modelo 1998.

As estatísticas mostram que esse equipamento reduz em torno de 30% o risco de morte em uma colisão frontal direta. Depois vieram os airbags montados nas portas laterais e bancos. Hoje, além dos airbags duplos, muitos carros têm seis ou oito airbags.

Assim como no caso do cinto de segurança, quando os airbags surgiram, também houve polêmica em relação ao seu uso, de modo que se tornaram objetos de importantes pesquisas e testes realizados pelo governo e pela indústria norte-americana.

STF confirma demarcação contínua em Roraima

O Supremo Tribunal Federal concluiu ontem o julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Por 10 votos a 1, os ministros decidiram manter a demarcação de área contínua, conforme portaria do Ministério da Justiça confirmada por decreto do presidente Lula.

O julgamento havia sido suspenso em dezembro, por pedido de vista do ministro Marco Aurélio, único a votar contrariamente. O relator, ministro Carlos Ayres Britto, definirá agora como será a retirada dos não índios. O Supremo também estabeleceu 19 condições para a criação da reserva, “a fim de res-

guardar o interesse nacional”. Demarcada em abril de 2005, a terra indígena tem área de 1.747.464 hectares e está localizada em zona de fronteira (com Venezuela e Guiana), considerada região estratégica.

Vivem na reserva cerca de 19 mil índios dos povos macuxi, taurepang, patamona, ingaricó e wapichana. A área também é ocupada por fazendas, sobretudo de produtores de arroz que colonizaram a região incentivados pelo governo federal. A ocupação do território por parte dos não índios e as indenizações a que farão jus pelas benfeitorias feitas nas terras tornaram-se motivo de conflito.

Os senadores por Roraima vem ocupando a tribuna com frequência para tratar das consequências da demarcação.

– A homologação da reserva da forma que está não é da vontade da maioria dos brasileiros que lá habitam, porque também vão extinguir cinco vilas que existem e que surgiram naturalmente – disse Augusto Botelho (PT-RR) na semana passada.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que parlamentares e o governo queriam demarcar a reserva, “mas sem injustiças, sem expulsar ninguém de lá, porque as 500 famílias [de não índios] convivem e conviviam harmonicamente com os índios”.

Mudança no Sistema de Defesa da Concorrência

Ao presidir seminário sobre o projeto de reestrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, realizado ontem, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) destacou que a matéria contém avanços, mas precisa de correções para eliminar inconstitucionalidades e a excessiva concentração de poderes na figura do superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Depois de aprovada na Câmara, em dezembro, a proposta (PLC 06/09) veio para o Senado, onde tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto, de autoria do Executivo, tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que apresentou voto pela aprovação. O texto ainda passará pelo exame das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir ao Plenário.

Durante o seminário, organizado pelo Centro de Estudos da



Seminário reúne Nelson Nery, Bruno Dantas, Demostenes Torres e César Costa

Consultoria do Senado em parceria com a Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Programa Interlegis), o conselheiro do Cade, César Costa Alves de Mattos, disse que a proposta visou antes de tudo conferir mais agilidade à tramitação dos processos para que o sistema não atravesse a economia.

Segundo Nelson Nery, advogado e professor da PUC de São Paulo, o projeto de lei aprovado na Câmara dá um upgrade no sistema antitruste. O advogado

observou que não está havendo um debate nacional e democrático sobre o tema. Ele reconhece, porém, que o governo tem interesse em aprovar rapidamente o novo projeto e que o Cade precisa reformar sua logística e estrutura administrativa.

Para o professor, não há necessidade de se revogar a legislação atual, mas apenas promover reformas. Entre as inovações, sugeriu a atribuição de mais poder ao Ministério Público para intervir nos processos.

Escolhido ontem para a vice-presidência da comissão, o senador Geraldo Mesquita Júnior sugere o diálogo constante com embaixadores brasileiros, proposta que tem apoio do presidente do colegiado, Eduardo Azeredo

Relações Exteriores aprova indicados para embaixadas e elege vice-presidente

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável às mensagens presidenciais contendo as indicações dos novos embaixadores no Azerbaijão, na Nova Zelândia e na Armênia. Durante a reunião, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) foi eleito, por 18 votos e 1 abstenção, vice-presidente da comissão.

Indicado para o cargo de embaixador junto ao Azerbaijão, o ministro de segunda classe Paulo Antonio Pereira Pinto será o primeiro representante brasileiro na capital daquele país, Baku. Ele anunciou como suas primeiras missões a ampliação do comércio bilateral – que, em 2007, alcançou US\$ 281 milhões – e o estímulo à participação de empresas brasileiras em obras de infraestrutura.

Pereira Pinto recordou que o Azerbaijão conta com um quarto das novas reservas petrolíferas mundiais disponíveis, além de importantes reservas de gás. E que existem planos de ampliação de oleodutos e gasodutos na região. O país, segundo o embaixador, é um dos maiores receptores atuais de investimento estrangeiro e tem um papel central no transporte de óleo e gás. O relator *ad hoc* da mensagem foi o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que manifestou sua preocupação com a destinação social dos recursos obtidos pela indústria do petróleo.

A ministra de segunda classe Renata Stille, indicada para o cargo de embaixadora junto à Nova Zelândia, anunciou que pretende incentivar a cooperação nos setores de educação, meio ambiente e pesquisa agrícola.

Entre as áreas de convergência no relacionamento bilateral, ela citou a defesa do meio ambiente e a cooperação na Antártica, além de posições comuns a respeito da reforma da Organização das Nações Unidas (ONU).

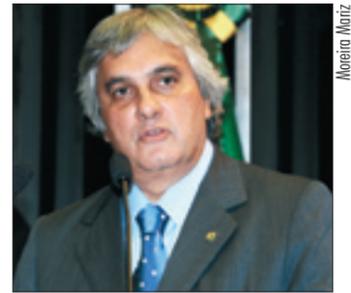
A mensagem teve como relator *ad hoc* Cristovam Buarque (PDT-DF), que ressaltou as possibilidades de cooperação nos setores de educação, cultura, ciência e tecnologia. Durante a mesma reunião, Cristovam sugeriu ainda que o Brasil apresente o que chamou de um novo Bretton Woods – nome do local onde se realizou uma conferência para redesenhar a ordem internacional após a II Guerra Mundial – nas áreas social, econômica e ambiental.

Indicada para o cargo de embaixadora na Armênia, a ministra de segunda classe Marcela Maria Nicodemos disse ver um

“grande campo aberto” para a cooperação bilateral nas áreas de agricultura e saúde. A Armênia – onde 80% do território é ocupado por montanhas – já demonstrou interesse, como informou, em firmar acordo de cooperação agrícola com o Brasil. O relator da mensagem foi Tião Viana (PT-AC).

Eleição

Eleito para o cargo de vice-presidente da CRE, Mesquita Júnior sugeriu que a comissão deixe de lado, sempre que possível, o formalismo, para que possa manter um diálogo mais constante não só com os embaixadores indicados, mas também com aqueles que já se encontram em outros países. A ampliação do diálogo com os atuais embaixadores recebeu o apoio do presidente do colegiado, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



Delcídio: caso foi denunciado por estelionatário preso em Terenos (MS)

Delcídio solicita à PF investigação de complô contra ele

Delcídio Amaral (PT-MS) informou em Plenário que pediu ao governador de seu estado e à Polícia Federal para apurar suposto complô contra ele denunciado pelo golpista Ademar Pereira Mariano, preso por acaso em uma barreira da Polícia Rodoviária Federal (PRF), na cidade de Terenos (MS).

Em depoimento à PRF, o estelionatário disse que usava documento falso porque, em meados de 2008, teria participado de trama política visando prejudicar o senador. O golpe, segundo contou o criminoso, consistia em “vender” casas populares, com documentos falsos, usando o nome de Delcídio Amaral.



Marcela Nicodemos (E), Pereira Pinto e Azeredo ouvem Renata Stille, indicada para embaixadora na Nova Zelândia: em busca da cooperação no meio ambiente

Crise afeta brasileiros no exterior e preocupa comissão

Preocupados com a crise financeira global, os senadores da CRE querem saber o que o Brasil está fazendo para acompanhar a situação dos brasileiros que vivem e trabalham no exterior. Para tanto, eles aprovaram, na reunião de ontem, requerimento do presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para a realização de audiência pública com o subsecretário-geral do Itamaraty para as comunidades brasileiras no exterior, embaixador Otto Maia.

Eduardo Azeredo explicou que está apreensivo com a situação dos emigrantes bra-

sileiros que vivem no exterior, em especial no Japão e nos Estados Unidos, países bastante atingidos pela crise financeira. O senador contou que tem recebido um grande número de e-mails de pessoas denunciando dificuldades, como é o caso dos *dekasseguis* – brasileiros de origem nipônica que trabalham no Japão.

– É importante que conheçamos o que o Brasil está fazendo para socorrer essas pessoas e como acompanhar esses casos – disse Azeredo.

As preocupações do senador por Minas foram endossadas

por Eduardo Suplicy (PT-SP). A data da audiência ainda será marcada.

Atendimento

Em pronunciamento no Plenário, Eduardo Azeredo pediu ao governo que amplie o atendimento prestado nos consulados brasileiros no exterior, como forma de apoiar os brasileiros que vivem fora do país e que vêm sofrendo os efeitos da crise financeira internacional.

Ele lembrou o drama vivido atualmente por aproximadamente 50 mil *dekasseguis* que

perderam seus empregos e residências, sendo obrigados a retornar ao Brasil. Estima-se que 317 mil brasileiros vivam hoje no Japão.

Azeredo leu ainda carta em que o embaixador do Japão no Brasil enumera medidas a serem adotadas pelo governo daquele país em defesa dos *dekasseguis*. O parlamentar afirmou que a iniciativa representa um “alento” diante da atual crise mundial.

– São medidas nas áreas de educação, emprego e habitação, além do auxílio no retorno ao país de origem.

Dornelles critica a “carteirinha do torcedor”

Francisco Dornelles (PP-RJ) reagiu com indignação à proposta do Ministério do Esporte de criar uma “carteirinha do torcedor”, que seria exigida para a entrada em estádios de futebol, como medida de segurança.

O senador argumenta que a medida vai significar mais um entrave burocrático à vida do cidadão e acabará por gerar dificuldades administrativas.

– Essa é uma medida ridícula que tem de ser revogada. Eu nunca vi nada tão ridículo na administração do país, especialmente num momento em que temos tantas outras coisas importantes para resolver.



Senador diz que nunca viu nada “tão ridículo na administração do país”

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto que deve atualizar o sistema de transportes nacional é assunto de destaque na reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Senadores ouvirão Gabrielli sobre planos da Petrobras

A CI realizará audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na terça-feira da próxima semana, com a presença do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli. Requerimento com essa finalidade, encaminhado à comissão pela CAE, foi aprovado ontem pelos integrantes da CI. A proposta foi

apresentada na CAE pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele sugeriu que Sérgio Gabrielli fale aos senadores dos dois colegiados sobre o planejamento estratégico da Petrobras e o plano de negócios da empresa para o período 2009/2013. A audiência pública acontecerá no plenário da Comissão de Assuntos Econômicos.

Indicação de Tiago Lima para diretor da Antaq vai a Plenário

A Comissão de Serviços de Infraestrutura aprovou ontem a indicação de Tiago Pereira Lima para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq). A mensagem presidencial (MSF 277/08) de indicação será submetida ainda à deliberação do Plenário.

Graduado em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Tiago Pereira da Silva tem experiência nas áreas de gestão de pessoas e de processos administrativos e financeiros. O indicado também já atuou no acompanhamento de proposições em comissões do Congresso Nacional, nas áreas temáticas de Finanças e de Tributação, e de Constituição e Justiça.

Desde 2004, o indicado para a diretoria da Antaq atua como assessor parlamentar na Câmara dos Deputados, junto à Comissão Mista de Orçamento (CMO), fazendo o acompanhamento, nos ministérios, da elaboração dos projetos relativos às emendas parlamentares. Tiago Lima também foi diretor-geral do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e secretário de Controle Interno no Ministério



Tiago quer melhor aproveitamento do potencial hidroviário do Brasil

do Bem-Estar Social, entre outras atribuições.

Na sua exposição para os senadores do colegiado, Tiago Lima enfatizou a necessidade de a Antaq trabalhar em cooperação com outros órgãos, especialmente com o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Secretaria Especial dos Portos e o Congresso Nacional para que o potencial hidroviário do país possa ser mais bem aproveitado.

“Brasil subutiliza potencial das hidrovias, que poluem menos”

O Brasil subutiliza seu potencial hidroviário, composto de mais de 40 mil quilômetros de hidrovias, mas que pode chegar a 52 mil, de acordo com Tiago Pereira Lima. Ele explicou que essa modalidade de transporte produz 90% menos poluentes que as rodovias.

Em resposta ao senador Delcídio Amaral (PT-MS), Tiago Lima afirmou que a Antaq deve priorizar a utilização do rio Paraguai para escoar a produção de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Em sua opinião, essa hidrovia é fundamental para a integração dos países do Mercosul.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) sugeriu a criação de mecanismo normativo que impeça a inauguração de hidrelétricas sem a construção de eclusas – estruturas que funcionam como degraus ou elevadores,

na forma de reservatórios que são esvaziados ou enchidos com água para possibilitar a descida ou subida das embarcações em pontos de desníveis.

Para Heráclito, as eclusas devem ser parte integrante dos projetos de hidrelétricas. Ele lembrou que a hidrelétrica de Tucuruí, localizada no Pará, aguarda há 25 anos a construção de suas eclusas.

Tiago Lima disse que a Antaq exerce papel apenas fiscalizador em relação às eclusas. Informou que o Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), destinou de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões para a construção de eclusas em todo o país. No entanto, os locais a serem construídas, bem como o critério a ser adotado para a liberação dos projetos, ainda estão em estudo.



Collor (D) preside reunião da Comissão de Infraestrutura que debateu proposta sobre postos e distribuidoras de combustível

Comissão acata nova punição para combustível adulterado

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou, em decisão terminativa, proposta que permite a declaração de inaptidão, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), de distribuidores e postos de abastecimento que comercializarem combustível adulterado.

Com o registro no CNPJ de-

clarado inapto pela Secretaria da Receita Federal, a pedido da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as empresas fraudadoras ficam sujeitas a diversas consequências, como a inabilitação para obter benefícios fiscais e financeiros; a proibição de participar em concorrências e

licitações públicas e de transacionar com bancos.

O projeto (PLS 96/05) do senador Demostenes Torres (DEM-GO) foi aprovado na forma de substitutivo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), texto ratificado pelo relator na CI, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

“Proposta expandirá todo o sistema viário do país”

A proposta que cria o Sistema Nacional de Viação (SNV) e estrutura o sistema de transporte brasileiro foi destaque na reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura de ontem.

O presidente e o vice-presidente do colegiado, Fernando Collor (PTB-AL) e Eliseu Resende (DEM-MG), disseram que, em reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, na semana passada, solicitaram a votação urgente do projeto de lei (PLC 180/00) sobre o assunto. Eliseu Resende explicou que o projeto irá alterar e expandir todo o sistema viário do país, desde as rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e até as eclusas. A legislação que rege o sistema, frisou, é de 1973 e “está totalmente desatualizada”.

Como informado por Eliseu Resende, que relatou a matéria na CI, Temer disse que dentro de 30 a 45 dias a votação poderá ser concluída pela Câmara. O senador por Minas Gerais explicou que, nesse novo exame do projeto naquela Casa, a tramitação será mais simples, porque os deputados não podem mais

modificar as alterações feitas pelo Senado (em votação concluída em dezembro), cabendo apenas aprovar ou rejeitar as mudanças, por inteiro.

– Com essa lei aprovada, vamos ter condições de marchar no sentido de termos um sistema de logística e de deslocamento de cargas do maior estilo no Brasil – afirmou.

Eclusas

Durante o debate, Delcídio Amaral (PT-MS) informou que dentro de 15 dias deverá apresentar o substitutivo que elaborou para o projeto (PLS 209/07), de autoria de Eliseu Resende, que classifica como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de desníveis em hidrovias. As eclusas funcionam como degraus ou elevadores, em reservatórios que são esvaziados ou enchidos com água, para possibilitar a descida ou subida das embarcações em pontos onde existem desníveis, para permitir a navegabilidade.

Delcídio esclareceu que precisou de mais tempo para análise da matéria, a fim de atender pedido do Ministério de Minas e Energia, que mostrou interesse no envio de sugestões.

– A construção de eclusas é fundamental para a consolidação do modal de hidrovias no país, pois representa o barateamento dos fretes e dos custos dos produtores – destacou.

Eliseu afirmou que o país, “infelizmente, está engatinhando” nesse assunto.

Plano

O senador incluiu no novo Plano Nacional de Viação (PLV), que contém a descrição de todas as vias e equipamentos de transporte do país, também regulado pelo projeto que trata do SNV, sugestão para a construção de 26 novas eclusas em rios.

– Este é um assunto importante que temos que resolver, para o progresso do nosso país – ressaltou.

Presidente do Ibama deverá falar sobre licenciamento

A Comissão de Serviços de Infraestrutura vai realizar audiência pública com o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Roberto Messias Franco, para que ele explique aos parlamentares a sistemática de licenciamento ambiental para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O primeiro subscritor do requerimento é Gilberto Goellner (DEM-MT).

Os senadores querem saber quais os motivos para o atraso no licenciamento do Ibama para

diversos projetos.

Outro convidado para a audiência é o presidente da All-Logística, Bernardo Hees, representante do setor ferroviário, para esclarecer dúvidas sobre o desenvolvimento do PAC nessa área. A lista de convidados deve incluir ainda representantes dos setores rodoviário e hidroviário, cujos nomes ainda serão definidos.

A CI também aprovou quatro requerimentos de autoria do presidente do colegiado, senador Fernando Collor, para que ministros de Estado enviem à

comissão relatórios das atividades das respectivas pastas referentes ao ano de 2008. A solicitação está sendo dirigida aos ministros dos Transportes, Alfredo Nascimento; de Minas e Energia, Edison Lobão; da Defesa, Nelson Jobim; e das Comunicações, Hélio Costa.

Nos requerimentos, consta ainda solicitação para que os ministros também encaminhem relatórios com informações, do mesmo período, sobre as atividades das agências reguladoras coordenadas pelas quatro pastas.



Camata: apenas aviões provenientes da cidade de São Paulo pousam no local

Camata quer mais voos com destino ao Santos Dumont

Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu o pouso de aviões provenientes de capitais como Vitória, Belo Horizonte e Curitiba no Aeroporto Santos Dumont, localizado no centro do Rio de Janeiro.

– O aeroporto foi reformado recentemente e custou mais de R\$ 160 milhões. E o governador [Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro] diz que não pode pousar avião de Vitória, de Belo Horizonte, de lugar algum, só os de São Paulo. Imaginem se o prefeito de Vitória disser: “Agora avião vindo da Bahia não pode pousar aqui”.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) derrubou a Portaria 187, que restringia o Aeroporto Santos Dumont a voos da ponte aérea Rio-São Paulo. A medida permite que aeronaves maiores, provenientes de outros estados, utilizem o terminal. Sérgio Cabral considera que a decisão prejudica o aeroporto do Galeão, localizado na Ilha do Governador.



Aracaju foi projetada no formato de tabuleiro de xadrez, segundo senador

Valadares lembra os 154 anos da capital de Sergipe

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou o aniversário de 154 anos da capital de seu estado, Aracaju, comemorado em 17 de março. O senador lembrou o processo de fundação da cidade, concebida numa área pantanosa e a partir de um projeto ousado para a época.

Valadares explicou que o povoado de Santo Antônio do Aracaju, elevado à categoria de cidade em 1855, foi projetado “no formato de um tabuleiro de xadrez”.

– A concepção urbana original de Aracaju era brilhante por sua simplicidade: quarteirões geometricamente iguais foram traçados dando impressão de harmonia que até hoje perdura no centro histórico da nossa cidade, como se fosse um tabuleiro de xadrez, de ruas geometricamente arrumadas que desembocam, de conjunto, no rio Sergipe – explicou.

A cidade conta hoje, informou, com 760 mil habitantes.

Para senadora, o parcelamento de dívidas com o INSS, previsto em medida provisória, é insuficiente para prefeituras resolverem problema provocado com redução do FPM

Municípios devem reavaliar recursos, alerta Lúcia Vânia

AO CRITICAR O governo federal pela redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em virtude da adoção de medidas contra a crise econômica baseadas na concessão de isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou os prefeitos para a necessidade de aperfeiçoamento das estruturas administrativas dos municípios.

A senadora sugeriu a realização de uma reestimativa das principais receitas municipais, como as do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), do Imposto Sobre Serviços (ISS), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), bem como de repasses do fundo, para que sejam feitos reajustes na previsão de despesas orçamentárias.

– É aconselhável que as pre-



Lúcia Vânia recomenda cautela nos gastos orçamentários municipais

feitas contratem administradores competentes para a gestão dos recursos públicos, para avaliarem principalmente a possibilidade de otimização de recursos e minimização de despesas, além de adequação de controles diários, desde a diminuição e uso racional de água, energia elétrica, telefone, até a utilização necessária

Fotos de Geraldo Magela

de alguns equipamentos e suas manutenções preventivas e corretivas – recomendou.

Citando dados da Associação Nacional dos Municípios que revelam o endividamento de 28% das cidades brasileiras junto ao INSS, Lúcia Vânia considerou insuficiente a solução de parcelamento proposta pelo governo para resolver o problema, por meio da Medida Provisória 457/09, encaminhada ao Congresso.

A senadora chamou a atenção para um levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios mostrando que o parcelamento das dívidas com a Previdência por 20 anos, proposto na MP, não resolve a situação. Segundo ela, o novo parcelamento soluciona uma questão emergencial, mas não traz uma solução definitiva para o problema.

Serys aplaude programa para a regularização de terrenos em MT

Serys Silhessarenko (PT-MT) destacou em discurso a assinatura de convênio entre o Ministério das Cidades e o governo de Mato Grosso para regularizar a situação de mais de 50 mil títulos de propriedade em áreas urbanas no estado.

– Esse é um investimento social da maior importância, e que acontece em momento de grande inquietude entre moradores de cidades como a nossa capital, Cuiabá – disse.

O projeto será gerido pelo ministério, que estabeleceu parceria com o Instituto de Terras do estado. Está prevista a atuação

conjunta com as prefeituras, o que a senadora considera fundamental para a solução de um problema antigo e dramático.

Serys usou a expressão “caos fundiário” para descrever o quadro. E deu como exemplo o conflito que marca até os processos de transferência em andamento, como o dos moradores dos bairros da região do Vale Gumitá, em Cuiabá. Entre as preocupações dos moradores está a falta de informações sobre quem será removido, quando e como isso ocorrerá e para onde serão levados.

Segundo Serys, há casos de



Serys: problema que atinge Cuiabá e outras cidades é “antigo e dramático”

moradores e de comerciantes da área que têm escrituras e títulos definitivos dos imóveis. Outros temem sair de lotes considerados de tamanho razoável para imóveis de 32 metros quadrados. Ela salientou que é preciso garantir o detalhamento das indenizações.

Neuto pede execução de usinas previstas no PAC

Neuto de Conto (PMDB-SC) defendeu em Plenário a continuidade da execução, mesmo no atual período de crise econômica, das obras de construção de usinas hidrelétricas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na avaliação do senador, a recuperação da atividade econômica deverá ocorrer em breve no país, tão logo seja superada a situação de aguda desconfiança e pessimismo vigente no mercado. No novo cenário, alertou, o aumento da demanda de energia elé-

trica voltará a pressionar pela expansão da rede de usinas hidrelétricas.

Entre os fatores internos favoráveis para uma retomada rápida do crescimento da economia brasileira, Neuto de Conto apontou a boa estruturação do sistema bancário nacional, o desenvolvimento relevante dos setores primário e terciário da economia, e a razoável diversificação do mercado interno. No *front* externo, ele citou como sinais positivos os resultados obtidos com os pacotes econômicos norte-americano e chinês.



Neuto de Conto

Projeto de Mário Couto prevê mais oito deputados

Mário Couto (PSDB-PA) apresentou projeto de lei complementar regulamentando o artigo 45 da Constituição, que assegura a proporcionalidade populacional na representação para a Câmara dos Deputados. O senador argumenta que hoje ocorrem distorções, já que o Maranhão, por exemplo, com população de cerca de 6,3 milhões, tem 18 deputados, enquanto o Pará, que que conta com 7,3 milhões de habitantes, possui 17 deputados.

– Não temos nada contra o Maranhão, não queremos tirar um deputado do

Maranhão, só queremos nosso direito constitucional e por ele eu vou brigar.

O senador explicou que a proposta havia sido apresentada pelo então deputado Nicias Ribeiro em 1998, mas nunca foi votada. Pelo texto, baseado na proposição antiga, a representação na Câmara passará de 513 deputados para 521, com o aumento de dois deputados nas bancadas de Minas Gerais e do Pará e de mais um representante da Bahia, Ceará, Santa Catarina e Amazonas. Nenhum estado terá o número reduzido.



Mário Couto



Arns lembra a carreira do advogado e jornalista, que faleceu quarta-feira

Pesar pela morte de Francisco Cunha Pereira Filho

Vítima de parada cardiorrespiratória, morreu na noite de quarta-feira o diretor-presidente da Rede Paranaense de Comunicação, Francisco Cunha Pereira Filho. Os representantes do Paraná no Senado – Flávio Arns (PT), Osmar Dias (PDT) e Alvaro Dias (PSDB) – apresentaram requerimento de condolências à família do jornalista, que tinha 82 anos.

– Ele deixou uma carreira de criminalista para abraçar o jornalismo, oferecendo ao Paraná uma vida dedicada à defesa dos mais altos valores da sociedade, como a democracia e a justiça social, o que fez com competência e altivez. Esse voto de pesar e apresentação de condolências é extensivo aos funcionários da Rede Paranaense de Comunicação – afirmou Flávio Arns.

Membro da Academia Paranaense de Letras, Francisco Cunha Pereira Filho foi professor da Universidade Federal do Paraná nas cadeiras de Ciências das Finanças, Direito Internacional Privado e Previdência Social. Atuou no Tribunal do Júri e fez carreira como criminalista. Militou na OAB, seccional do Paraná, e presidiu o Instituto dos Advogados do estado. Em 1962, assumiu a direção do jornal *Gazeta do Povo* e, em seguida, da TV Paranaense.

Arns adere a frente de educação comunitária

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Flávio Arns (PT-PR), aceitou convite para participar da Frente Parlamentar em Defesa da Educação Comunitária. O convite partiu de representantes do Fórum das Associações Brasileiras das Universidades Comunitárias.

Flávio Arns informou que as associações de ensino superior comunitárias – que agregam entidades filantrópicas e sem fins lucrativos – contam com 800 mil alunos e estão se aproximando do Congresso Nacional com o objetivo de debater temas de interesse das entidades.

Entre esses temas estão a manutenção e o aprimoramento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) – que verifica a qualidade das instituições de ensino – e a valorização dos cursos de licenciatura, de formação de professores.

– Há uma sintonia muito grande entre o que o fórum pretende e a agenda da Comissão de Educação – ressaltou Flávio Arns.